

**O PROCESSO MIGRATÓRIO DOS IMIGRANTES HAITIANOS NO CENÁRIO DA
POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE - SUS E SEU ACESSO**

THE MIGRATORY PROCESS OF HAITIAN IMMIGRANTS IN THE SCENARIO OF
PUBLIC HEALTH POLICY - SUS AND ITS ACESS

GT 1 Globalização, desenvolvimento sustentável, democracia e direitos fundamentais

Alessandra da Silva

Beatriz C. Lucateli

A imigração enquanto um processo social, compreende um cenário cercado pelas diversas áreas sociais, econômicas e culturais, sendo todas essas inerentes a efetivação do projeto migratório, na sociedade que o acolhe. Com vista a acessibilidade e garantia dos direitos dos imigrantes e seus respectivos deveres, o Estado brasileiro criou a Lei de Migração, Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017, e principalmente estabelecendo os princípios e diretrizes para as políticas públicas para o imigrante, nesta lei. A Lei de Migração define o imigrante como pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil. O fluxo migratório dos imigrantes haitianos é intensificado a partir do ano de 2010, que condiz o terremoto no Haiti do ano de 2010, sendo concedido aos imigrantes haitianos a categoria jurídica de refugiados para sua permanência no país, o consentimento do visto humanitário propriamente dito. Nesse sentido, o Art. 4º, VIII, da Lei 13.445, dispõe que é garantido o acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. Saúde é um direito fundamental, assegurado no Art. 196 da Constituição Federal de 1988, como um direito de todos e dever do Estado. O Art. 196 enquanto uma norma constitucional de eficácia limitada programática, traça uma diretriz para a ação do Estado, que este deve atuar na concretização ao direito à saúde por meio das políticas públicas. Em regra, o acesso às políticas públicas pelos imigrantes é vetado pela falha na comunicação entre os imigrantes e os profissionais, como também a falta de disseminação de informação a respeito dos serviços públicos e o acesso a estes, deve-se considerar também a falta de capacitação qualificada dos profissionais de tais políticas, para atender demandas específicas como os imigrantes e ainda os casos de discriminação racial e xenofobia. Evidenciando o caráter

esperado das políticas públicas de saúde, em específico o Sistema Único de Saúde (SUS), baseado nos princípios da universalidade, integridade e equidade, deve-se repensar o contexto de efetividade e eficácia dos direitos fundamentais, via os dispositivos legais para alcançar especificidade do direito fundamental, a irrenunciabilidade e a dignidade.

Palavras-chave: Imigração; Haitianos; Políticas Públicas; SUS;